

CAMINHOS DE FUTURO

NOVOS MAPAS PARA AS CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS



18 > 21 Junho 2008

* Colóquio Internacional

Teatro Académico Gil Vicente
Auditório da Faculdade Direito
Auditório da Reitoria Universidade de Coimbra

SESSÃO V: Políticas sociais e novos riscos públicos: é possível combinar complexidade com equidade?

20 de Junho, 14h00-16h00

As Ciências Sociais e Humanas (CSH) têm-se confrontado com múltiplos desafios, relacionados, por um lado, com a temática das políticas sociais, e, por outro lado, com a temática dos novos riscos públicos. Em ambos os casos, estes desafios aparecem extensamente associados aos processos contraditórios de globalização neoliberal.

Um dos desafios remete para as temporalidades e dinâmicas que as políticas sociais vêm mantendo face aos horizontes de equidade, redistribuição, segurança e justiça social. Considerando a tensão entre a lógica capitalista de acumulação e a necessidade da sua legitimação através de políticas sociais, cabe às CSH repensar o papel efectivo do Estado e a sua capacidade de criar e implementar políticas sociais, rumo a uma transformação social emancipatória. Há também que atender às diferenças entre o Norte e o Sul, os seus modelos de políticas sociais e as especificidades das crises que os mesmos enfrentam, no contexto de globalização neoliberal. Torna-se necessário, assim, pensar a articulação das diferentes escalas - local, nacional, regional e global - e dos actores sociais e políticos envolvidos na formulação e implementação das políticas sociais. Examinar esta articulação suscita um questionamento acerca dos significados de "política social global" e dos papéis desempenhados pelas agências transnacionais hegemónicas que desenvolvem modelos de política social. Este exame conduz, ainda, à análise crítica da emergência e actuação de outros actores, que não o Estado, como ONGs e movimentos sociais.

Os novos riscos públicos, por sua vez, têm vindo a tornar-se uma preocupação central de vários domínios científicos, incluindo as CSH. O desenvolvimento destas novas áreas requer novas formas de institucionalização, ancoradas no desenvolvimento de novas parcerias e em trabalho transdisciplinar. Em vários domínios, tem surgido um conjunto de preocupações públicas acompanhadas por novas e emergentes concepções de risco, nos domínios do ambiente e da saúde pública, da segurança alimentar, das tecnologias médicas, das tecnologias da informação e da comunicação, dos desastres naturais, dos acidentes industriais, da segurança pública, assim como nas formas emergentes de vulnerabilidade social associadas às mudanças económicas e institucionais. O que conta como risco em diferentes sociedades e em diferentes contextos sociais e socio-ecológicos em todo o mundo, tanto no Norte como no Sul, é variável e é inseparável de novas configurações de conhecimentos, que mobilizam saberes científicos e especializados, mas também saberes locais e baseados na experiência. O mesmo se aplica à diversidade de actores envolvidos nas respostas aos riscos em diferentes locais e em diferentes escalas.

A teoria social contemporânea - da economia à sociologia - comporta tensões importantes que se reflectem de maneira significativa no modo como se encara a organização social, económica e política. A paradigmas assentes no primado dos princípios da globalização - que vêem nas mobilidades e na racionalidade dos actores não-territorializados o essencial do poder de condução das sociedades - contrapõem-se outras perspectivas, que sublinham a variedade das configurações que formam o mundo. Trata-se, no fundo, de discutir se prevalece um princípio de convergência dos sistemas sociais, perante o qual as diferenciações são factos marginais, transitórios e apenas funcionais em relação à "sede" dominante, ou se, pelo contrário, há lugar para lógicas de estruturação colectivas e para modos diferenciados de governação.

Para além deste debate, resta ainda saber se os actores - a pluralidade dos actores relevantes - desenvolvem estratégias intencionais com as quais procurem assegurar o domínio dos contextos em que agem, ou se essa capacidade lhes está vedada, porque pertence a um núcleo reduzido e autoritário. Se se privilegia a primeira hipótese, dá-se valor à consolidação de formas institucionais que consagram a diferença e a variedade. Se isso não acontece, torna-se relativamente indiferente considerar os fenómenos específicos, porque eles não são sustentáveis.

Shiv Visvanathan | *Democracia, Diversidade e o Corpo Político: A emergência da Biotecnologia como imaginação na Índia*

“Risco” e “Regulação” tresandam às novas ciências do comportamento. Fazem novos desafios à ciência e à democracia, exigindo experiências novas e novas formas de institucionalização na esfera pública.

Esta comunicação baseia-se na emergência da biotecnologia no domínio da agricultura. Se construíssemos o texto somente como um discurso formal de ciência política, teríamos de considerar, previsivelmente, questões de regulação, licenciamento, monitorização. Mas os discursos da ciência tendem a ser demasiado ordenados. Muitas vezes, a ciência política encara os debates no terreno como ruído, como coscuvilhice, como um estádio pré-científico do discurso racional. Porém, quando consideramos as metáforas, a linguagem, as normas, os rumores relativos à agricultura e ao risco da biotecnologia, há um discurso diferente que emerge. São visões de justiça, consumismo, estilo de vida, todas elas ancoradas em torno das variantes do corpo enquanto metáfora. Baseada em trabalho de campo e dados de pesquisa obtidos em três estados - Gujarat, Punjab e Andhra Pradesh - esta comunicação defende a tese de que a biotecnologia está a ser construída em territórios onde o corpo escapou ao corpo político. A complexidade emerge não somente como ciência, mas como uma diversidade de narrativas que procuram, cada uma delas, construir uma visão da sociedade de modos diversos. Conhecimento local e global, ciência, coscuvilhice, rumores, discurso oficial e dialectos competem, todos eles, para construir e traduzir este espaço emergente. Concentrarmo-nos no meramente formal é demasiado oficial. Os debates sobre o risco e a biotecnologia precisam de ter em conta o “ruído” da democracia, procurando construir um novo contexto para a agricultura.

Sílvia Portugal | *Sob(re) as políticas que não nos protegem: novos riscos e desafios à teoria sociológica*

As últimas décadas caracterizam-se por inúmeras mudanças sociais, económicas, demográficas e ambientais que definem novos padrões de configuração, percepção e enfrentamento dos riscos. Simultaneamente, os sistemas de produção de bem-estar atravessam profundas reestruturações, resultantes da globalização, da retracção do Estado-Providência e das transformações nas famílias.

O desemprego elevado e persistente, o aumento das desigualdades no rendimento, a persistência da pobreza, apesar do crescimento económico, o envelhecimento demográfico, a queda da fecundidade, o aumento das doenças mentais, a incidência dos maus-tratos e do abuso sexual, a violência familiar, a redução das coberturas de protecção social, a persistência das desigualdades no acesso à saúde e à educação, a continuada exclusão de vastos grupos sociais são alguns dos elementos que obrigam, hoje, a (re)pensar os sistemas de produção de bem-estar.

O pensamento sobre esta matéria tem sido dominado pelas teorias acerca dos mundos de bem-estar de Esping-Andersen, cuja perspectiva, apesar de assentar na tríade Estado-mercado-família, se centra sobretudo na provisão estatal. A importância dos sistemas informais de protecção social foi durante muito tempo esquecida e o interesse político e analítico que hoje suscita está indissociavelmente relacionado com a crise do Estado-Providência. Numa época de retracção das políticas sociais, as abordagens passaram necessariamente a ter que contemplar outras esferas de produção de bem-estar para além do Estado. A crise trouxe para o centro dos debates a questão da partilha de responsabilidades entre as solidariedades públicas e privadas e, como tal, a (re)descoberta da importância da família e da comunidade como esferas de protecção social.

Nesta comunicação parte-se da identificação de alguns problemas e riscos sociais para discutir os desafios que se colocam hoje à definição de políticas públicas e ao pensamento sobre a produção de bem-estar. As diferenças (entre Norte e Sul, homens e mulheres, jovens, adultos e velhos, trabalhadores e desempregados), assim como as semelhanças (na exposição ao risco, à pobreza e à exclusão) obrigam a uma revisão das formas de pensar a protecção social. A comunicação propõe a substituição do clássico triângulo analítico por um hexágono, que integre, para além do Estado, do mercado e da família, as redes informais, as associações da sociedade civil e as agências internacionais. Procura, deste modo, alternativas teóricas que permitam integrar a diversidade de actores presentes na produção de bem-estar, dando conta das suas potencialidades e fragilidades e das formas de articulação entre eles.

Sobre os Participantes

Moderador:

Pedro Hespanha é Professor Associado na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Investigador no Centro de Estudos Sociais. É especialista em sociologia rural e as suas actuais áreas de interesse são cidadania social e crise do Estado Providência, globalização, risco social e integração e marginalização. Escreveu, entre outros, *A transformação da Família e a Regressão da Sociedade-Providência*, Porto: Comissão de Coordenação da Região Norte, 2002 (com Sílvia Portugal).

Conferencistas:

Shiv Visvanathan é Investigador Sénior do Centro de Estudos das Sociedades em Desenvolvimento, (Centre for the Study of Developing Societies- CSDS), em Delhi. Antropólogo e investigador na área dos Direitos Humanos, as suas áreas de interesse são as relações psicológicas, culturais e políticas da ciência, o controlo da sociedade pela tecnologia e os elos entre o poder científico e as estruturas autoritárias do Estado. É autor, entre outros, de "The Philosopher of Obsolescence", *Times of India*, 1998.

Sílvia Portugal é doutorada em Sociologia pela Universidade de Coimbra. Professora Auxiliar da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC). Investigadora do Centro de Estudos Sociais (CES). O seu trabalho de investigação tem usado a teoria das redes para discutir as relações entre sistemas formais e informais de produção de bem-estar. Neste âmbito, tem pesquisado sobre a importância da família no sistema de protecção social português, dando especial destaque ao papel das mulheres. Tem diversas publicações nacionais e estrangeiras sobre estas temáticas. Editará, brevemente, na Editora Quarteto, *Cidadania, Políticas Públicas e Redes Sociais*.

Comentadores:

Graça Carapineiro é Professora Associada com Agregação no ISCTE e Investigadora do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia. As suas áreas de interesse incluem a sociologia das profissões e a sociologia da saúde e da medicina. É autora, entre outros títulos, de *Sociologia da Saúde. Estudos e Perspectivas*, Coimbra: Pé de Página Editores, 2006.

João Arriscado Nunes é Professor Associado com Agregação na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Investigador do Centro de Estudos Sociais. As suas actuais áreas de interesse incluem democracia, cidadania e participação e os estudos sociais da ciência e da tecnologia, especialmente da investigação biomédica e em ciências da vida. É co-organizador de *Reinventing democracy: Grassroots movements in Portugal*, London and New York: Routledge, 2006 (com Boaventura de Sousa Santos) e autor de diversas publicações.